



CONTRATO ADMINISTRATIVO 155/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2025

PROCESSO Nº 138/2025

CONTRATANTE

Município de Monte Carmelo/MG - CNPJ Nº 18.593.103/0001-78

OBJETO

Refere-se à Registro de Preços, para contratação de empresa para futura, eventual e parcelada prestação de Serviços de Reparação e Manutenção em Eletrodomésticos, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo/MG. Licitação Regionalizada, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2025, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG, E A
EMPRESA: SERVICE PROVISION LIMITADA.**

O **MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG**, inscrito no CNPJ Nº 18.593.103/0001-78, através da Secretaria Municipal de Fazenda com endereço à Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, neste ato representado pela Sra. Ana Paula Pereira, Secretária Municipal de Fazenda designada ordenadora de despesas, portador da matrícula funcional nº 438636, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa: **SERVICE PROVISION LIMITADA** inscrita no CNPJ nº 27.472.242/0001-34, sediada na cidade Monte Carmelo/MG endereço Rua Eduardo Pimental, nº 261, Bairro: Boa Vista, CEP: 38.500-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Giovanna Silva Oliveira, brasileira, empresária, inscrito no CPF nº 160.257.836-24, residente e domiciliada em Monte Carmelo/MG, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 138/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 75/2025 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a Refere-se à Registro de Preços, para contratação de empresa para futura, eventual e parcelada prestação de Serviços de Reparação e Manutenção em Eletrodomésticos, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo/MG. Licitação Regionalizada, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

Planilha de descrição dos itens da contratação:

Fornecedor : SERVICE PROVISION LIMITADA - 27.472.242/0001-34

Lote	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado
1	60,00	HR	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 111,06	R\$ 6.663,60
Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM PURIFICADOR E BEBEDOURO						
1	40,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 124,12	R\$ 4.964,80
Descrição: REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA						
1	8,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 222,65	R\$ 1.781,20
Descrição: PLACA PARA PURIFICADOR DE ÁGUA						
1	5,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 443,00	R\$ 2.215,00
Descrição: COMPRESSOR PARA PURIFICADOR DE ÁGUA						
1	10,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 57,54	R\$ 575,40
Descrição: TORNEIRA BICO EM INOX PARA BEBEDOURO ELETRICO						
						Subtotal Lote R\$ 16.200,00
2	40,00	HR	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 122,68	R\$ 4.907,20
Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM GELADEIRA E FREEZER						
2	10,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 629,79	R\$ 6.297,90
Descrição: COMPRESSOR 1/5 HP PARA GELADEIRA E FREEZER						
2	5,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 198,70	R\$ 993,50



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

Lote	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado
------	--------	----	-------	--------	------------------------	---------------------

Descrição: TERMOSTATO PARA GELADEIRA E FREEZER

2	20,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 220,07	R\$ 4.401,40
---	-------	-----	-------------	---------	------------	--------------

Descrição: REFIL DE RECARGA DE GÁS EM GELADEIRA E FREEZER DIVERSOS MODELOS

Subtotal Lote R\$ 16.600,00

3	20,00	HR	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 120,48	R\$ 2.409,60
---	-------	----	-------------	---------	------------	--------------

Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM MAQUINA DE LAVAR E TANQUINHO

3	5,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 281,96	R\$ 1.409,80
---	------	-----	-------------	---------	------------	--------------

Descrição: PLACA ELETRÔNICA PARA MAQUINA DE LAVAR ROUPA E TANQUINHO

3	8,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 224,82	R\$ 1.798,56
---	------	-----	-------------	---------	------------	--------------

Descrição: ATUADOR DE FREIO PARA MAQUINA DE LAVAR ROUPA E TANQUINHO

3	8,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 214,13	R\$ 1.713,04
---	------	-----	-------------	---------	------------	--------------

Descrição: MECANISMO PARA MAQUINA DE LAVAR ROUPA E TANQUINHO

3	5,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 213,80	R\$ 1.069,00
---	------	-----	-------------	---------	------------	--------------

Descrição: ELETROBOMBA PARA MAQUINA DE LAVAR ROUPA E TANQUINHO

Subtotal Lote R\$ 8.400,00

4	150,00	HR	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 210,96	R\$ 31.644,00
---	--------	----	-------------	---------	------------	---------------

Descrição: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT DE 9.000 A 30.000 BTUS, ENLOBANDO: A CORREÇÃO DE PROBLEMAS NO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES, CONDENSADORA E EVAPORADORA, COMO A ELIMINAÇÃO DE GOTEJAMENTO E RUÍDO ANORMAL, A DESOBSTRUÇÃO DA TUBULAÇÃO; O REPARO EM MOTOR, VENTILADOR, HÉLICE, TURBINA, COMPRESSOR, EVAPORADOR E SERPENTINA; O REPARO DE PLACAS DE CIRCUITO ELETRÔNICO, VÁLVULAS, CORREIAS, CAPACITAR E NO CONTROLE REMOTO.

4	20,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 163,54	R\$ 3.270,80	R\$ 184,13
---	-------	-----	-------------	---------	------------	--------------	------------

Descrição: CAPACITOR PARA AR CONDICIONADO FIXO DIVERSOS MODELOS

4	2,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 1.005,03	R\$ 2.010,06	R\$ 1.131,54
---	------	-----	-------------	---------	--------------	--------------	--------------

Descrição: COMPRESSOR PARA AR CONDICIONADO 9.000 BTUS

4	2,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 1.229,62	R\$ 2.459,24	R\$ 1.384,39
---	------	-----	-------------	---------	--------------	--------------	--------------

Descrição: COMPRESSOR PARA AR CONDICIONADO 12.000 BTUS



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

4	2,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 1.469,67	R\$ 2.939,34
---	------	-----	-------------	---------	--------------	--------------

Descrição: COMPRESSOR PARA AR CONDICIONADO 18.000 BTUS

4	2,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 1.643,28	R\$ 3.286,56
---	------	-----	-------------	---------	--------------	--------------

Descrição: COMPRESSOR PARA AR CONDICIONADO 30.000 BTUS

4	40,00	U N	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 184,75	R\$ 7.390,00
---	-------	-----	-------------	---------	------------	--------------

Descrição: REFIL DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO FIXO DIVERSOS MODELOS

Subtotal Lote R\$ 53.000,00

5	220,00	HR	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 154,54	R\$ 33.998,80
---	--------	----	-------------	---------	------------	---------------

Descrição: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT DE 9.000 a 30.000 BTUS. ENLOBANDO: A REMOÇÃO DO EQUIPAMENTO PARA LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DOS COMPONENTES ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E MECÂNICOS DAS UNIDADES CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA) E EVAPORADORA(UNIDADE INTERNA).

Subtotal Lote R\$ 33.998,80

6	40,00	SE	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 425,00	R\$ 17.000,00
---	-------	----	-------------	---------	------------	---------------

Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS A 18.000 BTUS ENLOBANDO: A INSTALAÇÃO DA UNIDADE CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA), INSTALAÇÃO DA UNIDADE EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA), ISOLAMENTO, TESTE DE PRESSÃO E INSTAQUIEIDADES DAS LINHAS FRIGORIGENAS, DESIDRATAÇÃO E LIMPEZA COM NITROGÊNIO, VÁCUO, CARGA DE GÁS, TESTE DE SA (SUPER AQUECIMENTO), START-UP E TESTES FINAIS. COM FORNECIMENTO DE TUBO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TÉRMICO ATÉ 3MTS, RANGES, PORCAS E FITA ADESIVA ALUMINIZADA (METRO), COM FORNECIMENTO DE CABO PP (METRO), COM MANGUEIRA PVC CRISTAL (METRO).

Subtotal Lote R\$ 17.000,00

7	30,00	SE	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 400,00	R\$ 12.000,00
---	-------	----	-------------	---------	------------	---------------

Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 24.000 A 36.000 BTUS SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT DE 36.000 BTUS, ENLOBANDO: A INSTALAÇÃO DA UNIDADE CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA) INSTALAÇÃO DA UNIDADE EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA), ISOLAMENTO, TESTE DE PRESSÃO E INSTAQUIEIDADES DAS LINHAS FRIGORIGENAS, DESIDRATAÇÃO E LIMPEZA COM NITROGÊNIO, VÁCUO, CARGA DE GÁS, TESTE DE SA (SUPER AQUECIMENTO), START-UP E TESTES FINAIS. COM FORNECIMENTO DE TUBO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TÉRMICO ATÉ 3MTS, RANGES, PORCAS E FITA ADESIVA ALUMINIZADA (METRO), COM FORNECIMENTO DE CABO PP (METRO), COM MANGUEIRA PVC CRISTAL (METRO)

Subtotal Lote R\$ 12.000,00

8	40,00	HR	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 92,04	R\$ 3.681,60
---	-------	----	-------------	---------	-----------	--------------

Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM FOGÕES

8	20,00	KIT	SERVIÇ O	SERVIÇO	R\$ 81,32	R\$ 1.626,40
---	-------	-----	-------------	---------	-----------	--------------

Descrição: KIT REGISTRO REGULADOR PARA BOTTIÃO DE GÁS, MANGUEIRA - GÁS MULTICOMBUSTIVEL E MULTIUSO GÁS GLP AR - CRISTAL/AMARELA - DIÂMETRO INTERNO 3/8 X (9,5MM) PAREDE 4,0MM TRANCADA E FAIXA AMARELA 3MTS, 02 ABRAÇADEIRAS 1/2



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

8	200,00	M	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 13,96	R\$ 2.792,00	R\$ 16,10	R\$ 3.220,00	--	R\$ 2,14
Descrição: MANGUEIRA - GAS MULTICOMBUSTIVEL E MULTIUSO GÁS GLP AR - CRISTAL/AMARELA - DIÂMETRO INTERNO 3/8 X (9,5MM) PAREDE 4,0MM TRANCADA E FAIXA AMARELA										
Subtotal Lote R\$ 8.100,00										
Subtotal Adjudicado R\$ 165.298,80										

- 1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.1.1. O Termo de Referência;
 - 1.1.2. O Edital da Licitação;
 - 1.1.3. A Proposta do contratado;
 - 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 165.298,00 (Cento e sessenta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/10/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando for o caso;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a administração municipal.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município no exercício, na (s) dotação (s) abaixo discriminada (s):
D.O: 02.02.59.00.15.122.4001.00.2.992.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 666 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Obras.

D.O: 02.02.20.00.04.123.4001.00.2.185.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 203 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Fazenda.

D.O: 02.02.01.00.04.122.4001.00.2.105.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 33 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Secretaria de Governo.

D.O: 02.02.26.01.13.392.4095.00.2.260.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 411 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Cultura.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

D.O: 02.04.35.01.10.122.4001.00.2.300.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 882 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Saúde.

D.O: 02.02.40.00.08.122.4001.00.2.350.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 464 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Inclusão Social.

D.O: 02.02.25.01.12.122.4001.00.2.230.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 279 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Educação.

D.O: 02.02.50.02.20.122.4001.00.2.993.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 625 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Meio Ambiente.

D.O: 02.02.61.01.04.122.4001.00.2.991.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 843 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Comunicação.

D.O: 02.02.02.01.04.122.4001.00.2.110.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 110 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Gabinete.

D.O: 02.02.05.02.03.092.4001.00.2.135.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 126 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Procuradoria.

D.O: 02.02.09.01.27.122.4001.00.2.462.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 160 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Esportes.

D.O: 02.02.10.00.04.124.4001.00.2.145.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 189 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Controladoria.

D.O: 02.02.21.00.04.123.4001.00.2.186.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 253 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria de Relações Institucionais e Rec. Financeiros.

D.O: 02.04.34.02.10.122.4005.00.2.410.3.3.90.39.00.0015 – Ficha 869 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Secretaria da Mulher.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

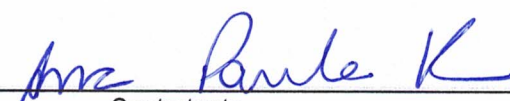
17.1. A gestão e a fiscalização do Contrato incumbirão, respectivamente, agentes públicos designados no DFD (Documento de Formalização da Demanda), pelo ETP (Estudo Técnico Preliminar) e pela Portaria 14.387, de 14 de janeiro de 2025, conforme abaixo discriminado:

- a) Gestor: Fábio José Gonçalves/ Matrícula: 442057;
- b) Fiscal: Guilherme Marques Pacheco/ Matrícula: 442997.

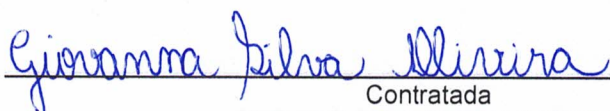
18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Carmelo – MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Monte Carmelo, 18 de novembro de 2025.



Contratante
MUNICIPIO DE MONTE CARMELO
CNPJ: 18.593.103/0001-78
Ana Paula Pereira
Secretária Municipal de Fazenda



Contratada
SERVICE PROVISION LIMITADA
CNPJ: 27.472.242/0001-34
Representante: Giovanna Silva Oliveira
CPF: 160.257.836-24

TESTEMUNHAS:



Nome: Camila S. Souza
CPF: 093.256.036-24



Nome:
CPF: 1091736688